

## • **Negociação inédita no País**

Pelo quinto ano consecutivo o movimento sindical de Santa Catarina negociou o Piso Salarial Estadual. O processo deste ano foi lento, difícil e exigiu paciência de ambas as partes. Foram necessárias quatro rodadas de negociação na Fiesc e mesmo assim o resultado não foi o que se esperava. Sob alegação de que a economia do Brasil vai mal, os patrões foram intransigentes em não conceder um aumento maior para os mais de um milhão de trabalhadores que sobrevivem com o salário do Piso. Mesmo assim sentimos que a nossa luta se fortalece a cada ano que passa. Nossa negociação é diferenciada. Santa Catarina é o único estado que renova o processo todos os anos, mas ainda desejamos que o Piso Salarial de Santa Catarina seja renovado automaticamente, a cada ano.



Ivo Castanheira

Desta vez, a negociação com as federações patronais começou em 1º de dezembro do ano passado. E terminou em 30 de janeiro de 2015 com o fechamento do acordo entre a Comissão de Trabalhadores e a Fiesc. Foi a mais difícil negociação desde a implantação do Piso Estadual, em setembro de 2009, quando a Lei 459 entrou em vigor depois de três anos de luta. Os empresários sempre se posicionaram contra o Piso Salarial Estadual, tendo inclusive questionado na Justiça com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade. Apesar da dificuldade deste ano, reafirmamos a importância de manter uma estrutura negocial inédita no país: esta que reúne diversas centrais sindicais e federações de trabalhadores e entidades da indústria e demais setores produtivos de Santa Catarina para negociar o reajuste do Piso Salarial Estadual. Houve concessões dos dois lados para respeitar um processo histórico importante e para continuarmos na linha da valorização do nosso Piso.

Ivo Castanheira é diretor sindical do Dieese-SC

## • **Piso Estadual movimenta economia como um todo**

O supervisor técnico do Dieese-SC, economista José Álvaro de Lima Cardoso, que assessora os representantes dos trabalhadores durante a negociação, lembra que, a exemplo do que ocorre com o salário mínimo, "o incremento de massa salarial proporcionado pelos novos valores do Piso Salarial Estadual é direcionado ao consumo dos artigos de primeira necessidade nas áreas do vestuário, alimentos e transporte, fortalecendo toda a economia" e que, portanto, "a valorização do Piso não só é importante para empresários e trabalhadores, como para a sociedade catarinense como um todo". O Piso Estadual beneficia mais de um milhão de trabalhadores. A Comissão de trabalhadores, que negocia com a Fiesc, é formada pelos presidentes das Centrais Sindicais CUT, Força Sindical, Nova Central Sindical, UGT e CTB, além da Fetiesc e do Dieese. Unidas, essas entidades buscam a valorização do trabalhador catarinense.

## • **Lei Complementar Nº 644, de 26 de março de 2015**

Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 459, de 2009, que institui no âmbito do Estado de Santa Catarina pisos salariais para os trabalhadores que especifica e adota outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O art. 1º da Lei Complementar nº 459, de 30 de setembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º .....

I – R\$ 908,00 (novecentos e oito reais) para os trabalhadores:

.....

II – R\$ 943,00 (novecentos e quarenta e três reais) para os trabalhadores:

.....

III – R\$ 994,00 (novecentos e noventa e quatro reais) para os trabalhadores:

.....

IV – R\$ 1.042,00 (mil e quarenta e dois reais) para os trabalhadores:

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2015.

Florianópolis, 26 de março de 2015.

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado



# Uma conquista da classe trabalhadora de Santa Catarina



## NOVO

# Piso Salarial Estadual

## Reajuste é retroativo a 1º de janeiro de 2015

Federações de Trabalhadores:



Centrais Sindicais:



Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil



## • Piso Salarial Estadual tem novos valores

Negociação difícil entre trabalhadores e empresários resultou no quinto ano consecutivo de acordo em Santa Catarina para definição do Piso, registrando ganho real.



Comissões de representantes dos trabalhadores e dos patrões, que negociam o reajuste do Piso

O governador Raimundo Colombo sancionou, no dia 26 de março, a Lei do Piso Salarial Estadual para os trabalhadores catarinenses, com reajuste médio de 8,84% em relação ao salário vigente em 2014. Os valores foram acordados entre as centrais sindicais e federações dos trabalhadores e as federações patronais. Pagamento é retroativo a 1º de janeiro de 2015. A Lei Complementar 644/2015 foi publicada no Diário Oficial do Estado do dia 27 de março.

A Lei Complementar que estabelece o piso salarial em Santa Catarina (LC 459/2009) prevê quatro faixas salariais, conforme relação ao lado. Todos os anos, o reajuste é definido pelas próprias entidades sindicais de trabalhadores e negociado com a federação patronal, a Fiesc. O Termo de Compromisso é encaminhado para o governo do Estado, que envia o Projeto de Lei à Assembleia Legislativa e, após aprovado, a Lei é sancionada.

### Veja na tabela as variações em cada faixa do Piso:

	2014	2015	Reajuste nominal	Ganho Real*
1ª faixa	835,00	908,00	8,74	2,37
2ª faixa	867,00	943,00	8,77	2,39
3ª faixa	912,00	994,00	8,99	2,60
4ª faixa	957,00	1.042,00	8,88	2,50

\* Percentual acima do INPC, que foi de 6,23%. Fonte: Dieese

## • Veja as categorias abrangidas em cada faixa:

### Primeira faixa - de R\$ 835 para R\$ 908 - inclui trabalhadoras e trabalhadores:

- ▶ agricultura e pecuária;
- ▶ indústrias extrativas e beneficiamento;
- ▶ empresas de pesca e aquicultura;
- ▶ empregados domésticos;
- ▶ indústrias da construção civil;
- ▶ indústrias de instrumentos musicais e brinquedos;
- ▶ estabelecimentos hípicos;
- ▶ empregados motociclistas, motoboys e do transporte em geral, exceto os motoristas.

### Segunda faixa - de R\$ 867 para R\$ 943 - inclui trabalhadoras e trabalhadores:

- ▶ indústrias do vestuário e calçado;
- ▶ indústrias de fiação e tecelagem;
- ▶ indústrias de artefatos de couro;
- ▶ indústrias do papel, papelão e cortiça;
- ▶ empresas distribuidoras e vendedoras de jornais e revistas e empregados em bancas, vendedores ambulantes de jornais e revistas;
- ▶ empregados da administração das empresas proprietárias de jornais e revistas;
- ▶ empregados em estabelecimentos de serviços de saúde;
- ▶ empregados em empresas de comunicações e telemarketing;
- ▶ indústrias do mobiliário.

### Terceira faixa - de R\$ 912 para R\$ 994 - inclui trabalhadoras e trabalhadores:

- ▶ indústrias químicas e farmacêuticas;
- ▶ indústrias cinematográficas;
- ▶ indústrias da alimentação;
- ▶ empregados no comércio em geral;
- ▶ empregados de agentes autônomos do comércio.

### Quarta faixa - de R\$ 957 para R\$ 1.042 - inclui trabalhadoras e trabalhadores:

- ▶ indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico;
- ▶ indústrias gráficas;
- ▶ indústrias de vidros, cristais, espelhos, cerâmica de louça e porcelana;
- ▶ indústrias de artefatos de borracha;
- ▶ empresas de seguros privados e capitalização e de agentes autônomos de seguros privados e crédito;
- ▶ edifícios e condomínios residenciais, comerciais e similares, em turismo e hospitalidade;
- ▶ indústrias de joalheria e lapidação de pedras preciosas;
- ▶ auxiliares em administração escolar (empregados de estabelecimentos de ensino);
- ▶ empregados em estabelecimento de cultura;
- ▶ empregados em processamento de dados;
- ▶ empregados motoristas do transporte em geral;
- ▶ empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde.

## • Negociação difícil

Os representantes das Centrais Sindicais, Federações dos Trabalhadores e Dieese estiveram na Fiesc no dia 13 de outubro de 2014 para entregar a pauta de reivindicações e, assim, darem início à negociação que, pretendiam os representantes dos trabalhadores, se encerrasse ainda naquele ano, para que os catarinenses iniciassem o ano de 2015 já com o piso estadual definido. Mas não foi o que aconteceu.



### • 1ª rodada

A primeira rodada de negociação só ocorreu em 1º de dezembro de 2014, dia em que a proposta dos empresários ficou tão aquém das reivindicações apresentadas, que não foi nem considerada uma negociação efetiva: "Vamos chamar o encontro de hoje de um 'aquecimento' para que, na próxima reunião, se possa efetivamente estabelecer a negociação que culmine num índice justo de reajuste para o Piso Salarial Estadual em 2015", disse, à época, o coordenador sindical do Dieese-SC, Ivo Castanheira.

### • 2ª rodada

A segunda rodada de negociação, realizada no dia 16 de dezembro de 2014, também frustrou os trabalhadores, pois os empresários acenavam com reajuste de 7%, diante de uma inflação estimada em 6,21%. Assim, a decisão acabou transferida para o ano seguinte.

### • 3ª rodada

A terceira rodada de negociação foi marcada para o dia 8 de janeiro de 2015. Mudou o ano mas não mudou a intransigência dos representantes do setor empresarial, que acenaram com um índice de 7,5%, ou seja, meio ponto percentual de avanço em sua proposta de reajuste. O debate à mesa girava principalmente em torno da diferença de visão e interpretação dos trabalhadores e dos empresários em relação à conjuntura econômica do estado e do país.

### • 4ª rodada

O acordo pelo reajuste do Piso Salarial Estadual foi definido somente na quarta rodada de negociação entre representantes dos trabalhadores e patronal, realizada no dia 30 de janeiro de 2015, na Fiesc, em Florianópolis. Os índices das quatro faixas salariais variaram de 8,74% a 8,99%. A inflação de 2014 ficou em 6,23%.

### • Governo recebe Termo do Acordo



No dia 5 de março, representantes do setor empresarial e das centrais e federações dos trabalhadores estiveram no Centro Administrativo para entregar ao

governador Raimundo Colombo o Termo de Compromisso resultante do acordo firmado no final de janeiro.

Falando pelos representantes das Centrais Sindicais e Federações presentes, o coordenador sindical do Dieese, Ivo Castanheira afirmou que, "mesmo num processo difícil e que não chegou a atender às expectativas iniciais dos trabalhadores, foi possível firmar um acordo que honra a história de cinco anos de negociações".

### • Tramitação na Assembleia Legislativa

A partir do momento em que o Projeto de Lei Complementar para reajuste do Piso Salarial Estadual foi enviado pelo Executivo ao Legislativo, os representantes do Dieese, Centrais Sindicais e Federações dos Trabalhadores iniciaram uma série de visitas aos gabinetes para solicitar dos parlamentares, principalmente dos líderes das Comissões por onde o PLC teria que tramitar, a prioridade nas votações.

Assim, no dia 17 de março o projeto foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e no dia seguinte, pela manhã, foi analisado e aprovado nas comissões de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Finalmente, no mesmo dia 18 de março, à tarde, o PLC do Piso Salarial Estadual foi apresentado para votação em Plenário e aprovado pela unanimidade dos 34 deputados presentes. O próximo e último passo previsto em Lei era a sanção do governador, que ocorreu no dia 26 de março de 2015.